



Precisamos interligar!

Carta Aberta para actores e decisores
no âmbito das Migrações e do Desenvolvimento

A Carta Aberta que se apresenta foi o resultado de um trabalho colectivo realizado no decurso de um processo que envolveu representantes de Associações de imigrantes e dois grupos de migrantes, um dos quais constituído apenas por mulheres, no seu conjunto provenientes de 13 países (Angola, Argentina, Bolívia, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Índia, México, Moldávia, São Tomé e Príncipe, Roménia, Senegal e Ucrânia).

Através de entrevistas e de encontros presenciais, ao longo de cerca de um ano, foram recolhidas e discutidas diversas perspectivas sobre o contributo das migrações para o desenvolvimento, sobre os seus impactos e os constrangimentos encontrados. Nestes espaços de diálogo surgiram também propostas concretas para o reforço efectivo das contribuições dos e das migrantes e das suas Associações para o desenvolvimento dos países de origem.

A partir destas reflexões foi elaborada a Carta Aberta que se segue, validada presencialmente e depois subscrita pelos/as migrantes e pelas Associações que participaram em diferentes momentos do processo.

Ao mesmo tempo, identificaram-se os destinatários da Carta e como se poderiam abordar. Porque o objectivo deste percurso é chamar a atenção de actores e decisores para a contribuição dos e das migrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem e para o que é possível e urgente fazer no sentido de a reforçar.

Precisamos interligar!

A nossa experiência:
contribuições materiais,
impactos e obstáculos

A nossa experiência:
contribuições não materiais,
impactos e obstáculos

4 TESES SOBRE COMO DIMINUIR OS OBSTÁCULOS E REFORÇAR OS IMPACTOS

O reforço das contribuições dos e das migrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem passa

Tese 1

pela acção das Associações de imigrantes em articulação com instituições dos países de origem
7 Recomendações

Tese 2

pelo diálogo entre as comunidades migrantes e o poder político dos países de origem e pela dupla nacionalidade
5 Recomendações

Tese 3

pela redução da carga burocrática e dos custos implicados em operações para manter contactos e a circulação de bens
4 Recomendações

Tese 4

pela melhoria da integração e da qualidade de vida no país de acolhimento
4 Recomendações

Este processo foi facilitado pelo CIDAC (cidac@cidac.pt / 217 132 860)
e pelo Graal (graal@graal.org.pt / 213 546 831)

Teve o apoio financeiro do IPAD
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento



CARTA ABERTA

PRECISAMOS INTERLIGAR!

Temos um desejo partilhado: queremos participar, intervir, nas mudanças necessárias para que os países a que estamos ligados se desenvolvam. Temos um grande objectivo, o de melhorar as condições de vida das pessoas, de todas as pessoas, porque nos sentimos como pertencentes a vários países, sendo que as nações de que fazemos parte estão espalhadas pelo mundo. Pensamos poder dar um contributo significativo e sentimos essa responsabilidade.

Por isso desejamos estabelecer laços e cooperar uns com os outros. Mas isso não se pode fazer de qualquer maneira. Para que se colham bons frutos é necessário adubar o terreno e comprometer-se, não pontualmente, mas durante anos. As pessoas, as acções, precisam de ser acompanhadas, em continuidade e com consistência. É um grande desafio.

É necessário construir bases para que consigamos ter meios para erguer os projectos lá (...) e depois mantermos essa ligação com permanência.

Muito depende de como nos situamos na sociedade de acolhimento. Quanto melhor nos sentirmos, com melhores condições, com maior confiança, mais capacidade teremos de criar ligações duradouras e com bons resultados.

Sentimos a necessidade, cada vez mais, de INTERLIGAR, criando pontes entre pessoas e instituições, partilhando conhecimentos adquiridos, dúvidas e interrogações, experiências, bens materiais, ideias e visões do mundo, vontade de lutar pelo futuro, de ser parte da construção do mundo em que vivemos.

A nossa experiência: contribuições materiais, impactos e obstáculos

Enquanto participamos no desenvolvimento da sociedade que nos acolhe, continuamos a contribuir para os nossos países, os nossos lugares de origem. De várias formas, através de contributos materiais e não materiais.

Do ponto de vista material, tudo o que enviamos (medicamentos, computadores, roupa, livros e equipamento para as escolas, etc.) tal como as remessas em dinheiro, facilitam o acesso a bens essenciais, à saúde, à educação, a outros produtos culturais, ao lazer... e estimulam o investimento, a criação de empresas e de emprego.

Muitas famílias dos países de origem sobrevivem com o que os emigrantes enviam.

Através de algumas das nossas Associações estabelecidas em Portugal temos sido capazes de construir vários tipos de equipamentos - por exemplo escolas e postos de saúde, estradas e rádios locais - contribuindo assim para o desenvolvimento local e nacional.

Reconhecemos, no entanto, que estes envios produzem frequentemente um efeito avesso ao desejado, criando relações de dependência, promovendo a acomodação e a inércia por parte das nossas famílias e amigos/as e aumentando a desresponsabilização dos governos. Também incentivam o consumismo e aspirações e percursos migratórios pouco realistas que se traduzem em prejuízos para os/as próprios/as e para os países de origem. Por vezes, certas iniciativas trazem à luz do dia outros problemas: faltam professores/as para as escolas que construímos ou profissionais para os centros de saúde, ficando as novas estruturas sem uso e à mercê da degradação.

O dinheiro pode sustentar, sem desenvolver.

Nem sempre as remessas materiais são tão significativas quanto os e as migrantes ambicionam. Porque há um conjunto de obstáculos importantes.

Desde as taxas abusivas cobradas pelas empresas de transferências monetárias internacionais, as taxas de câmbio variáveis e desfavoráveis, a desconfiança nas instituições que medeiam o envio de remessas, a excessiva burocracia nas alfândegas, o extravio de bens enviados... até aos frequentes casos de corrupção, de desvio e de uso indevido dos recursos por parte de portadores, de intermediários e dos próprios destinatários.

Mas também, no país de acolhimento, os baixos salários, a precariedade no emprego, o custo de vida, dificultam ou impedem as poupanças que desejaríamos remeter para os nossos países de origem.

Nós estamos mais empobrecidos aqui.

Fazemos já muito, mas queremos fazer melhor, por isso não desistimos. INTERLIGAR tornou-se uma ideia-chave.

Contribuições não materiais, impactos e obstáculos

Nem todos os contributos são materiais. As novas vivências dos/as migrantes criam outros valores, visões do mundo, conhecimentos, competências, saberes, saber-fazer, costumes, ideias políticas; proporcionam o acesso a informação importante sobre organização social, políticas e realidades em sectores-chave como a saúde, a educação e a legislação; derrubam preconceitos, abrem perspectivas diferentes sobre a liberdade, a igualdade e a democracia. E tudo isto é partilhado com as nossas famílias e comunidades de origem.

*Sais e comesças a ver o que deixas. Ganhas um olhar distante sobre o espaço próprio.
Contactas com outros mundos, outras formas de estar, outros valores, outras verdades.*

Transmitimos outras formas de organização do trabalho e sugerimos ou introduzimos novas competências e tecnologias, com potenciais reflexos na produtividade e na qualidade dos produtos e serviços prestados nos nossos países.

Algumas Associações de imigrantes têm tido um papel importante no acolhimento e acompanhamento de estudantes e de pessoas doentes que vêm dos países de origem, bem como na formação profissional dos migrantes que, quando regressam, se encontram em melhores condições para dar o seu contributo em ordem ao desenvolvimento local e nacional.

Além disto, ainda conseguimos encorajar, perspectivando horizontes e esperanças, as pessoas e as instituições, formais e não formais, que deixámos, para que não desistam de participar na transformação das suas próprias condições de vida e nas dos seus conterrâneos/as.

Aumentar a capacidade e coragem para agir, buscando novas formas de estar/ lutar/ trabalhar para promover mudanças.

Apesar de significativos, este tipo de contributos (não materiais) não tem tanta expressão quanto as e os migrantes desejariam, devido a vários constrangimentos.

Entre eles, estão os que dificultam os contactos com os países de origem: elevados custos das passagens aéreas, nomeadamente das viagens intercontinentais; preços das comunicações (internet, telefone); deficiências nos equipamentos e serviços de comunicação nalgumas das regiões de origem.

Também neste caso, no país de acolhimento, os vínculos laborais precários implicam uma disponibilidade permanente no mercado de trabalho e impossibilitam a programação e o gozo de férias nos países de origem; a sobreocupação consome o tempo e a energia dos e das migrantes, diminuindo a sua capacidade de comunicar e estar atento ao que se passa noutros lugares; as situações de irregularidade fazem com que a saída do país de acolhimento seja encarada como um caminho sem volta; a falta de apoio aos estudantes leva-os muitas vezes a situações de repetência no percurso escolar e ao consequente desvio do seu rumo académico, podendo dificultar o regresso.

Sobretudo para as novas gerações, o menor conhecimento dos países de origem pode ser um problema a ultrapassar, para que também elas possam contribuir para o desenvolvimento das sociedades donde vieram os seus familiares.

Para as Associações, as dificuldades em encontrar financiamentos, em identificar parceiros e construir projectos em comum, entre cá e lá, é um grande obstáculo, porque as iniciativas não nascem nem crescem sozinhas, sem dedicação nem acompanhamento e seguimento.

O insuficiente reconhecimento por parte dos políticos e de um conjunto de decisores-chave, tanto do país de acolhimento, como dos países de origem, das Associações e dos contributos que elas e os/as migrantes dão e têm potencialidade para dar para o desenvolvimento, constitui uma enorme perda de oportunidades.

Um reconhecimento mais efectivo permitiria INTERLIGAR de outra forma, reforçando as condições nas Associações para conhecerem melhor o terreno onde querem actuar, serem mais capazes de identificar necessidades comuns aos países de origem e de acolhimento facilitadoras de uma intervenção articulada, encontrarem mais facilmente nos países de origem instituições de confiança e envolverem nos países de acolhimento pessoas com capacidades pessoais e profissionais.

Porque o governo não pode ter uma estratégia e uma agenda e os cidadãos terem outra, não é?

Por isso propomos, interligando **Migrações e Desenvolvimento**,

4 TESES

SOBRE COMO DIMINUIR OS OBSTÁCULOS E REFORÇAR OS IMPACTOS

Tese 1

O reforço das contribuições dos e das migrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem passa pela acção das Associações de imigrantes em iniciativas de apoio e intercâmbio e projectos de desenvolvimento local adequados, em articulação com organizações/instituições desses países, credíveis e enraizadas nas comunidades.

Deslocar o foco individual para a acção colectiva. Acção colectiva aqui e lá.

De muita gente para muita gente. Isso é a ponte!

Recomendações – o que é possível e urgente fazer

1. Reconhecer efectivamente o papel e a contribuição dos e das migrantes e das suas Associações na promoção do desenvolvimento, não só do país de acolhimento, como dos países de origem.
2. Valorizar algumas das características específicas dos contributos das Associações de imigrantes neste contexto, incluindo a sua dimensão e ritmo de realização, assim como a importância da troca de experiências e da capacitação mútua entre Associações de diferentes áreas.
3. Reforçar o apoio às Associações de imigrantes, aos níveis institucional, financeiro, material, formativo e informativo para que possam dar corpo a uma intervenção consequente e de continuidade.
4. Respeitar o papel complementar de cada actor: as organizações da sociedade civil não podem substituir-se ao Estado, tal como este não pode desresponsabilizar-se porque a sociedade civil é activa.
5. Desenhar e propor iniciativas e projectos que se baseiem em princípios como a solidariedade, a confiança mútua e a co-responsabilidade, que tenham em conta as comunidades locais e as suas culturas, que se apoiem nas suas reais necessidades, mas também nas potencialidades locais e nacionais, que identifiquem à partida problemas e contradições, incluindo os desequilíbrios existentes e os que podem ser provocados ou acentuados por ajudas externas e que se prevejam formas de os combater.
6. Melhorar os mecanismos de auto-controlo e de avaliação (interna e externa) de todas as organizações envolvidas em processos de cooperação (registo sistemático de fluxos de bens e valores, publicação regular de relatórios de actividades e contas, realização de auditorias...), assim como de controlo e de fiscalização de actos de corrupção, por exemplo, em todas as etapas do envio e recepção de bens materiais.
7. Apostar na criação da confiança mútua entre instituições, que tem de ser trabalhada e alimentada por todos os intervenientes e na co-responsabilização recíproca das pessoas e entidades que participam nos processos.

Tese 2

O reforço das contribuições dos e das migrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem passa pela criação de certas condições políticas, nomeadamente a consolidação do diálogo entre as comunidades migrantes e o poder político dos países de origem e a possibilidade de aquisição de dupla nacionalidade (que não é reconhecida por todos os países).

Recomendações – o que é possível e urgente fazer

1. Promover uma aproximação entre as comunidades e os seus representantes e os consulados e embaixadas dos países de origem, proporcionando uma ligação estreita, fomentando um espírito mais exigente, mas também repensando e redefinindo o seu papel.
2. Criar oportunidades (e aproveitá-las bem) de diálogo directo entre migrantes e governantes e outros representantes institucionais dos países de origem, aquando, por exemplo, de visitas oficiais ou outras ocasiões propícias.
3. Estimular a colaboração entre as autoridades locais no país de acolhimento e os e as migrantes, numa lógica de procura conjunta de soluções para os vários tipos de problemas que afectam negativamente as vidas e, consequentemente, as capacidades de contribuição dos/as migrantes para o desenvolvimento.
4. Estabelecer parcerias e acordos equilibrados e genuínos entre governos dos países de origem e do país de acolhimento, reconhecendo e valorizando os impulsos e agendas provenientes das Associações, baseados na experiências de vida e nas necessidades dos e das migrantes e das suas visões de desenvolvimento.
5. Considerar a dupla nacionalidade como um direito, que não é ainda reconhecido por todos os países e cujas regras não são homogéneas, na medida em que ela facilita a integração dos e das migrantes no novo meio, favorece o país de origem, que assim não perde os seus cidadãos e cidadãs e, através da reciprocidade, dá acesso a novos direitos políticos.

Tese 3

O reforço das contribuições dos e das migrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem passa pela redução da carga burocrática e dos elevados custos implicados numa série de operações fundamentais na manutenção dos contactos e na circulação de pessoas e bens.

Recomendações – o que é possível e urgente fazer

1. Uniformizar a burocracia exigida aos e às migrantes de todos os países e a todas as Associações de migrantes (não haver desigualdades de benefícios).
2. Envolver, de uma forma eficaz, as embaixadas e consulados nos processos (entre outros) de regularização, de reconhecimento profissional e de equivalência curricular dos e das migrantes, diminuindo também os custos pedidos pelos serviços prestados.
3. Promover acordos bilaterais que permitam, por exemplo, acelerar processos e diminuir os custos de muitos documentos (entre os quais vistos de títulos de residência) e serviços (por exemplo, taxas alfandegárias à partida e no destino) particularmente relevantes para os e as migrantes.
4. Realizar acções junto de empresas que levem à criação de condições mais favoráveis na prestação de determinados serviços, tanto nos países de destino, como de acolhimento (de envio de dinheiro e bens, de telecomunicações, de transportes, etc.).

Tese 4

O reforço das contribuições dos e das migrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem passa pela melhoria da sua integração e qualidade de vida no país de acolhimento

É difícil pensar na ajuda que posso dar para lá, principalmente agora com esta crise.

Trabalho cada vez mais e ganho cada vez menos.

Recomendações – o que é possível e urgente fazer

1. Educar sistematicamente a sociedade, transformando estereótipos que associam a imigração a problemas sociais, desemprego, criminalidade, doenças, prostituição...
2. Promover alterações legais e criar mecanismos ou reforçar os que já existem para a sua efectiva aplicação (por exemplo, de combate à discriminação e ao tráfico de seres humanos).
3. Reforçar a intervenção das Associações de imigrantes, dotando-as de mais recursos financeiros e humanos.
4. Denunciar injustiças, reivindicar direitos, exprimir as nossas convicções e o nosso empenho na construção de sociedades mais justas, equitativas e solidárias.

Assim, INTERLIGANDO princípios, desejos e acções, experiências e capacidades, necessidades e potencialidades, países e locais de origem e de destino, actores e decisores, podemos contribuir decisivamente para melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas e comunidades.

Junho de 2011

Aldina do Espírito Santo Dias, Alexandra Ciorba, Ana Letícia Barreto, Assunção Sousa, Celeste Assanatú Embaló, Cláudia Fonseca, Eduardo Pacheco, Isis Alves da Silva, José António Trindade Filho, Leonarda António dos Santos, Manuel da Costa Mendes, Maria Bibas, Maria da Penha Carrico, Maria de Fátima Lopes, Maria José Trindade, Maria Elena Calla, Maria Maomé Smith, Mariana González, Maryene Rosa, Nataliya Bekh, Nazaré Baticam, Nilzete Pacheco, Rodolfo Castro, Rolando Borges, Sanda Ciorba, Sukhjinder Singh, Vanessa Viana, Victoria Ionel, Viviane Silva Carrico Rodrigues

ABP – União das Associações Baboque em Portugal – Federação; Amicale – Associação dos Filhos de Babanda, Ucunhe, Bucul; Apalgar – Associação Amizade dos PALOP no Algarve; Associação Cabuca Beniche Canchungo em Portugal; Associação das Mulheres Guineenses na Diáspora (AMGD); Associação de Apoio ao Estudante Africano; Associação de Estudantes e Pesquisadores Brasileiros; Associação dos Naturais de Pupal; Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania; Associação Melhoramentos e Recreativo do Talude; Associação Moinho da Juventude; Associação UPCB (Utiacor, Petchima, Caroncã, Bucusute); Balolé – Associação dos Filhos de Bajope e Capol Residentes em Portugal; Casa da Guiné; Casa da Guiné-Bissau de Coimbra; Casa do Brasil de Lisboa; Doina - Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve; Mén Non – Associação das Mulheres de S. Tomé e Príncipe em Portugal